

Cobrar taxa é um sonho

O sonho do administrador regional de Brasília Walter Peninha é poder cobrar pela ocupação irregular de áreas públicas. "Quando isso acontecer, não vou precisar de um centavo sequer do governo para nossa administração", raciocina.

Os demais administradores já podem cobrar. Peninha não. Tudo porque Brasília é tombada como patrimônio histórico e precisa de legislação específica para a criação da taxa.

O administrador regional do Núcleo Bandeirante, Abdel Karajan, promete cortar 33,14% das despesas ou R\$ 25 mil.

No corte estão incluídos 22 cargos comissionados que não foram ocupados.

Enxuta — No Lago Norte, segundo o administrador Marcos Dantas, não tem o que cortar. "Nossa estrutura já nasceu enxuta", garante. O máximo que pode fazer, segundo informou, é o que já está adotando: racionamento de água, luz, telefone e combustível.

Ele tem 40 servidores com cargos comissionados e uma única função não preenchida. E precisa de topógrafo e desenhista.

O administrador de Brazlândia, Raimundo Xavier, só conseguiu eliminar 26% ou 24 cargos comissionados. "Mas já economizei 34% na conta de luz", orgulha-se.

Alírio Neto, do Guará, cortou apenas 14% dos cargos comissionados, o equivalente a R\$ 25.200. Em contrapartida, já está arrecadando R\$ 55 mil por mês com a cobrança pelo uso de áreas públicas.

O administrador de Taguatinga, José Lima Simões, propõe o corte de somente 15% dos cargos comissionados. A administração tem 116 funções gratificadas.

O administrador do Cruzeiro, Hélio Lopes, quase chega a 30%. Ele já dispensou 50 servidores entre comissionados e conveniados da Novacap e ainda tem 88 cargos sendo dez vagos.

Lopes garante que pode sobreviver até o fim do ano sem pedir verba complementar. Além da conta de luz que diminuiu de R\$ 3.000 para R\$ 66, está gastando menos 4.300 litros de combustível que a administração anterior.

A administração de Sobradinho está propondo um corte de apenas 21% e o Gama, 11%. Ceilândia, Recanto das Emas, Santa Maria e Candangolândia estão longe do corte de 30% nos cargos comissionados.